

Prefácio

Para que te quero!

Valdir Heitor Barzotto

Este livro precisa ser estudado como uma importante contribuição do Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), resultante de seus esforços de pesquisa e da organização do II Encontro de História do Livro da Amazônia (II EHLDA), com a participação de pesquisadores externos ao grupo e à região.

Dada a importância do presente livro, este prefácio busca como leitores principalmente aqueles que pretendem compreender melhor a história do livro didático, e do livro em geral, na Amazônia, bem como dedicar-se à pesquisa para contribuir para a produção de conhecimento neste domínio. O que faço neste prefácio é, portanto, um convite a uma leitura rigorosa do livro e não de capítulos isolados. É preciso ir aos textos aqui publicados para aprender neles e, ao mesmo tempo, para estudá-los como objeto de análise. Com isso o leitor poderá entender, comparar e problematizar as opções teórico-metodológicas e as configurações ideológicas pelas quais seus autores transitam.

Dito isto, devo dizer que o convite para prefaciar este livro, feito pela Profa. Raimunda Dias Duarte, coordenadora do GEHLDA e do evento, proporcionou-me orgulho, aprendizados e desafios. Como formador de professores de Língua Portuguesa que coloca a leitura no centro da aula, e dedicado à História da Leitura na contemporaneidade, ao assumir a tarefa de escrever o prefácio senti necessidade de refletir, antes de tudo, a respeito de dois componentes da leitura na universidade: um modo de ler,

com o objetivo de compor um texto acadêmico, e um texto em especial, o prefácio.

Com relação ao modo de ler com vistas à produção acadêmica, observamos que tem sido cada vez mais comum a elaboração de Estado da Arte ou Revisão de Bibliografia. Trata-se de uma parte do texto acadêmico que pode conferir densidade à pesquisa, ou pompa, aparência de robustez. Os dois nomes desta parte componente do texto acadêmico inspiram cuidados. O primeiro – Estado da Arte –, pode constituir o sentido de que a leitura da produção sobre o assunto estudado foi realmente exaustiva. O segundo – Revisão Bibliográfica –, por conter a palavra *revisão*, pode significar apenas isso, revisão, sem proposição de mudanças ou produção de novos conhecimentos a partir do que foi lido. Ambos acionam significados relacionados a modos de ler e, a depender desse modo, os textos resultantes do exercício de leitura podem traduzir mais densidade ou mais aparência.

Isso ocorre porque, para fazer essa parte da pesquisa, é necessário dedicação, tempo de leitura e amadurecimento. No entanto, em nosso tempo temos de lidar com a pressa com que somos compelidos a publicar, em estreita relação com o acesso relativamente fácil, apoiado por ferramentas de busca, a um imenso volume de publicações em torno de uma temática. Assim, o pesquisador, muitas vezes, é impelido a compor seu estado da arte por meio de busca por termos chave, cheguem onde chegar, e à apresentação de sua revisão com sobrenomes de autores acoplados ao ano de publicação e, às vezes, a uma frase ou parágrafo que nem sempre representa sua contribuição particular, mas apenas indica que ele tocou no assunto.

Com relação a prefácios, a percepção dessas condições de acesso à produção contemporânea e dessa atitude frente aos textos que deveriam ser lidos, a consideração de sua função torna-se imperativa. Prefácios que

apresentam resumos dos textos que compõem o livro podem servir justamente para evitar a leitura do livro, o que contraria sua própria função, que é estimular o leitor a realmente ler o livro prefaciado. Considerando o modo contemporâneo de ler para compor o estado da arte, esse tipo de prefácio, em vez de ser um atrativo para a leitura, pode ser exatamente o que dispensa a leitura, pois facilita a chegada ao conteúdo por meio da localização dos resumos dos textos, permitindo criar uma aparência de leitura por meio da exposição da obra a partir deles e não de seu conteúdo.

Ainda que seja quase impossível definir o que o leitor vai fazer com o texto lido, é válido considerar que prefácios precisam atrair o leitor para os textos do livro e, de preferência, para o seu conjunto. A honra com que aceitei o convite para fazer esse prefácio, encorajou-me a aceitar o desafio de fazer um texto com potencial para incitar o leitor a estudar o presente volume como uma obra para contribuir na produção a respeito do tema nele tratado.

Portanto, este prefácio não pretende ser um antecipador de leitura ou um facilitador para os mecanismos de busca. Não se dedica àqueles que vão chegar a este livro por meio de ferramentas apenas para citar sua existência sem considerar seu conteúdo e suas proposições. Pretende-se aqui estimular a leitura, de fato, da obra e estimular o diálogo com o GEHLDA, gerando novas pesquisas.

Isto posto, destaque-se que os ganhos da leitura do presente livro residem no encontro do leitor com um bom e atual panorama dos estudos sobre o livro escolar na Amazônia e na interação com uma vasta gama de posicionamentos teórico-metodológicos e políticos frente a esse tipo de publicação. Tais ganhos são oriundos da produção vinculada às linhas de pesquisa do GEHLDA, quais sejam, aquela que estuda desde a produção até os usos feitos por seus principais destinatários, ou seja, os professores

e os alunos, bem como a que se dedica à compreensão da linguagem e dos discursos presentes no livro didático na Amazônia.

O estudo cuidadoso do livro permitirá ao leitor apreender o que está sendo feito, conhecer os alcances e limites dos estudos feitos até aqui e, por isso mesmo, comprometer-se em dar continuidade a pesquisas sobre o assunto. Sua leitura será importante, ainda, para a compreensão de elementos do presente por meio de suas raízes em anos, décadas, séculos anteriores.

Nas colaborações reunidas neste livro, o leitor vai encontrar elementos para entender e aprofundar seus estudos a respeito das políticas de seleção e adoção dos livros escolares na Amazônia nos séculos XIX e XX, extremamente úteis para elucidar o presente. Desde aqueles anos, por meio da vasta legislação trazida pelos autores que colaboram no presente livro, tem-se notícias, por exemplo, de descentralização da produção e da seleção dos livros escolares, mas sem uma efetiva autonomia regional ou dos próprios professores. Pelo contrário, há documentos que mostram um certo descontentamento por parte das autoridades quando a seleção ficava a cargo dos professores. O leitor vai verificar nos trabalhos aqui publicados que não é de hoje que se fala do alegado despreparo dos professores, sem apresentação de dados a respeito de suas práticas, pois antes como agora, tem contado muito a opinião de alguém alçado à condição de autoridade e não a pesquisa em sala de aula propriamente dita.

A comparação entre o que se dizia no século XIX sobre a relação do professor com os materiais de leitura que tinha à sua disposição e o que se diz hoje torna-se mais interessante quando percebemos a repetição do argumento da má formação e sabemos que os professores de nosso tempo tem uma escolaridade muito mais longa do que antes.

Os autores atestam ainda que, para além da falta de uma implementação mais efetiva da autonomia regional com relação ao poder

central, havia ainda uma certa dependência do mundo considerado civilizado, parte da Europa, representado pela França, e pouca consideração com a cultura local indígena ou africana, ou a cultura híbrida que estava se formando. Quando esta aparecia estava mais associada a uma disputa intelectual que visava a inserir elementos amazônicos em padrões europeus de representação. Dessa forma, tínhamos uma dupla dependência: a elaboração e aprovação de livros na Amazônia dependia da capital federal, bem como a elite brasileira proporcionava uma subalternidade à parte da Europa representada especialmente pela França.

E aqui estamos diante de um tema ainda aberto para aprofundamento em novas pesquisas. Em épocas mais distantes buscava-se tanto a uniformização quanto uma aproximação ao mundo considerado civilizado. Hoje notamos que essa busca de uma compreensão uniforme do que se deva ensinar, incluindo as perspectivas teóricas oriundas ainda da Europa que se deve adotar, se consolidaram sob uma aparência de liberdade de escolha.

O estudo dos mecanismos com que se constrói a crença na democracia, que, ao mesmo tempo, persiste na subalternidade com relação a teorias externas aos meios em que se produz o ensino, seria de grande valia para o aprofundamento da compreensão que os estudos expostos aqui apontaram. Vale a pena rastrear os dispositivos criados ao longo da história da produção e circulação de materiais didáticos para entender como as reivindicações de regionalização, ou de uma produção mais adequada à cultura e às condições do ambiente em que se dá o ensino, foram incorporadas e transformadas de tal modo que o problema ainda persiste.

Associado ao exposto acima, são importantes estudos que apontem diferenças e semelhanças entre a atuação de autoridades repressivas e

autoridades democráticas que estabelecem formas de produção e circulação afastadas de seus usuários mais diretos, os professores.

Dentre os elementos que aparecem como foco de uniformização, estudos presentes neste livro apontam a inviabilização da língua constituída no Brasil como objeto de estudos na sala de aula. Em detrimento desta, forçou-se desde cedo o ensino da língua portuguesa por meio da gramática. Vale a pena investir esforços para estudar a correspondência entre este primeiro movimento de inviabilização das línguas faladas na Amazônia, assim como no restante do país, com as propostas que hoje continuam excluindo os falares regionais em nome do ensino da chamada norma culta. Embora tenhamos avançado nesse quesito, há muito o que se estudar, inclusive por que, autores que estudaram o século XIX apontam que, mesmo gramáticos, já traziam à discussão a importância de trazer à escola um retrato mais fidedigno da língua praticada no Brasil. O leitor, ao tomar conhecimento disso, pode perceber que algumas coisas apresentadas hoje como novidade, já estavam sendo discutidas em outras épocas. Então, novos estudos podem buscar o que se dizia em épocas anteriores a respeito da necessidade de assumir nos materiais didáticos a língua que se constituía na região, verificar o apagamento dessas fontes em estudos posteriores e a manutenção do mesmo tópico como novidade. Pode ser que estudos como esses apontem para a lentidão nas mudanças nos objetos de ensino, por meio da estratégia de tratar assuntos sempre como novos.

No presente livro, o leitor poderá perceber que os controles sobre quais livros podem circular nas escolas, arraigados até hoje, como interdições de obras literárias, datam de muitos anos atrás. O leitor pode dar um passo a mais também, enveredando por pesquisas que comparem os controles sobre as perspectivas teóricas presentes em nossos dias, seja por meio de documentos oficiais, por meio de vozes autorizadas no meio

político-acadêmico ou ainda por uma espécie de eco de repetição perifrástica presente no cotidiano.

A compreensão e a conquista de uma maior liberdade de escolha exige, ainda, grande esforço de análise e produção de propostas consistentes, e que não fiquem restritas ao leque de “escolhas permitidas”. Talvez caminhando pela garantia de um conjunto de conteúdos considerado razoável por especialistas, mas mais aberto para que sejam abordados a partir de diferentes vertentes teóricas e metodológicas.

O leitor pode se sentir encorajado a empreender uma pesquisa como essa ao perceber pelos estudos aqui presentes que as lutas por maior liberdade de escolha são tão antigas quanto os controles, variando em pontos diferentes da história do livro quanto a quem reivindica tal liberdade, ora uma empresa produtora de materiais didáticos para a escola, ora um grupo que defende uma determinada perspectiva teórica, ora a própria categoria de professores. Como dissemos acima, a compreensão desses embates e das estratégias de apaziguamento podem ajudar a entender a forma da manutenção de determinadas posturas no ensino apoiado em material produzido fora da escola.

Realizar estudos como os que estamos propondo é possível porque os trabalhos aqui publicados abrem caminhos. Eles mostram desde o controle dos conteúdos, afastando a possibilidade da presença da cultura regional, até os bastidores, com seus vícios enraizando-se ao longo da história, relacionados à escolha. Embora tenha regulamentação para a escolha, em alguns momentos da história, integrantes das comissões oficiais denunciam que nem sempre as orientações são seguidas e a análise dos materiais a serem autorizados a circular nas escolas são avaliados superficialmente.

O leitor vai descobrir nos documentos aqui analisados que a causa dessa avaliação superficial é muito presente na atualidade: pareceristas

não são tratados como profissionais, o que pode acarretar descuido na seleção, ora escolhendo por respeito aos autores, ora fornecendo pareceres simplificados, pouco circunstanciados, permitindo que materiais de qualidade duvidosa chegassem às mãos do leitor em formação. Dois problemas atualíssimos relacionados tanto à escolha dos LDs quanto às avaliações do que deve ser publicado.

Os estudos aqui publicados confirmam tentativas de controle de várias maneiras e por diferentes instâncias, geralmente vistas como Estado, mas que congregam outras forças da sociedade interessadas nesse segmento da produção de material destinado à escola. Tais estudos não nos deixam margem para ilusões de que a liberdade de escolha não seja controlada. Se por um lado é importante que haja certo controle quanto ao padrão de qualidade, por outro, é difícil justificar que qualidade seja garantida por perspectivas teóricas, por variedades linguísticas únicas e uniformizadoras.

Junte-se a essa consciência despertada pelos autores, a ideia já naturalizada de que o livro de leitura destinado à escola se desatualiza. O leitor, ao saber disso, pode associar ao seu estudo questões sobre políticas de financiamento da educação, pois contribuirá para apoiar o aprofundamento da reflexão apresentada aqui, acrescentando preocupações acerca da verba empregada para produzir materiais tão efêmeros, verificando que motivos são usados para justificar essa efemeridade e para não justificar a implementação de bibliotecas e renovação constante de seus acervos. E aqui podemos encontrar elementos para entender o modo de leitura contemporâneo, por onde comecei este prefácio. A oferta de um livro com textos breves, de curta duração, para uma passagem rápida no decorrer de uma aula eram um prenúncio do que aconteceria no momento que vivemos.

São justamente as notícias de que materiais diversos já foram usados como livros de leitura na escola, como a constituição, o código penal, etc que nos autorizam a pensar na possibilidade de uma formação que tenha a leitura como centro da aula e não um objeto livro específico. É possível reivindicar, também com argumentos na história de leitura e de relação com a cultura, mais tempo para ler e escrever.

As pesquisas mostram que é importante notar que o destinatário do livro didático muda ao longo do tempo, tendo como leitor alvo, primeiro o professor, depois o aluno, o que já minoriza o papel do professor e anunciando o que se propõe hoje como metodologias que buscam minimizar ainda mais esse papel. Junta-se a isso a passagem do ensino que individualizava o aluno para aquele que propõe o que se chamou de ensino simultâneo, ou seja, mais massificado, que levaria um só conteúdo a uma turma, ampliado hoje pelas maneiras consideradas modernas (tratadas como sinônimas de boas) e que permite levar os mesmos conteúdos a milhares ao mesmo tempo. Novas pesquisas podem verificar em que medida o diálogo passa nesse momento de nossa história a ser diretamente entre aluno e material ou maquinaria que lhe dá acesso a tarefas a serem cumpridas. Trata-se de pesquisa urgente, em função das consequências que temos presenciado da relação apressada e desumanizada entre o usuário e o conteúdo.

Seria interessante ainda que o leitor desse livro tomasse o conceito de patrimônio bibliográfico usado por um dos autores para colaborar na localização de acervos particulares existentes na região amazônica, em casas de famílias, escolas, algum depósito particular, demonstrando a importância dos acervos populares para compreender o uso feito pelos leitores.

É importante, ainda, que novos pesquisadores compreendam uma outra dimensão na composição de aspectos ideológicos, para além dos

conteúdos que estão no texto em si, que se relaciona com quem pode definir os conteúdos. Vale a pena verificar quem são os profissionais envolvidos na composição, avaliação e na defesa pública da importância do livro didático, bem como de quais setores são oriundos os produtos divulgados. Entenda-se por produtos os próprios textos que circulam e a forma como são explorados.

Por fim, como última sugestão de estudos a respeito do livro didático, gostaria de acrescentar a importância em se perguntar, depois de todos os aspectos estudados pelos autores que contribuem para a história desse material, o quanto vale a pena tomar um instrumento que desde o princípio da organização da educação brasileira, que é também sua europeização ou estratégias de civilização considerando uma realidade externa, e solicitar que ele inclua elementos de nossa cultura ou se não seria melhor reivindicar o uso de material local, produzido por atores locais e de acordo com a realidade em que cada escola está inserida.

Espero ter instigado a curiosidade para a produção de novas pesquisas e desejo que seja possível um encontro presencial no próximo EHLDA para a partilha de reflexões que possam ser suscitadas a partir deste livro.